

PREGÃO PRESENCIAL 18/2018

ANEXO I - TERMO DE REFÊRENCIA

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de nutrição e alimentação escolar, visando o preparo e o fornecimento de refeições aos alunos da rede municipal de ensino, e da rede estadual cuja alimentação esteja sob responsabilidade do Município da Prefeitura de Santa Gertrudes, com fornecimento dos insumos e da mão-de-obra necessária.

1. Da estimativa de custos:

Tipo de Cardápio	Quantidade Estimada/Dia	R\$ Unitário	R\$ Total
A – EMEIs e EMEFs;	3.717	4,48	16.652,16
B – Creches;	447	9,19	4.107,93
C – Escolas Estaduais e EJA (Educação de Jovens e Adultos);	954	9,04	8.624,16
Valor Global/Dia em R\$			29.384,25

1.1. CONSIDERANDO 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS: (Contrato de 12 meses): (DISCRIMINAR O VALOR) **R\$ 5.876.850,00 (Cinco milhões, oitocentos e setenta e seis mil, seiscentos e oitocentos e cinquenta reais).**

FONTE: média de preços de mercado.

2. Dos cardápios:

2.1. COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO A – UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

CARDÁPIO EMEI/EMEF/ MENSAL		
	CAFÉ DA MANHÃ	REFEIÇÃO
Segunda	Leite; biscoito salgado	Macarrão com carne cubos ao molho; salada de couve flor; curau
Terça	Bebida láctea fermentada; pão com margarina	Arroz; feijão; cação ao molho; purê de batata; fruta
Quarta	Mingau de chocolate	Arroz; feijão; frango refogado; salada de escarola; fruta
Quinta	Bebida láctea coco; rosquinha de chocolate	Arroz com chuchu, cenoura e ervilha; carne iscas ao molho; salada de pepino; fruta
Sexta	Leite; biscoito maisena	Arroz; feijão; almôndegas bovinas ao molho; salada de repolho bicolor; pudim de brigadeiro

2.1.1. Deve-se considerar os legumes, frutas/sucos e verduras naturais sem qualquer tipo de conservante. Nos meses de junho, julho e agosto, poderá servir sopa de legumes com macarrão,

sopa de feijão com macarrão e carne, sopa de arroz com legumes e raízes, vaca atolada, feijoadinha baby (feijão preto com carne em cubos) e polenta.

2.2. COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO B – CRECHES

CARDÁPIO CRECHE MUNICIPAL – QUINZENAL					
	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
CAFÉ DA MANHÃ	Bebida láctea salada de frutas; rosquinha de coco	Leite com achocolatado; pão com geléia	Vitamina de fruta	Bebida láctea napolitano; biscoito salgado	Leite açúcarado com flocos de milho
ALMOÇO	Arroz; feijão; empanado de frango assado; salada de abobrinha; gelatina de uva	Arroz com cenoura e salsa; carne cubos ao molho; salada de alface; fruta	Arroz; feijão; cação com batata ao molho; fruta	Arroz; feijão; frango refogado; salada de escarola; fruta	Macarrão com carne iscas ao molho; salada de chuchu; curau
LANCHE DA TARDE	Leite; biscoito salgado	Bebida láctea fermentada; pão com geléia	Leite; biscoito salgado	Bebida láctea morango; rosquinha de chocolate	Vitamina de fruta; bolo de chocolate
JANTAR	Arroz; feijão; carne iscas refogada; salada de beterraba; pudim de baunilha	Macarrão com salsicha ao molho; salada de repolho bicolor; gelatina de uva	Arroz com chuchu, cenoura e ervilha; frango ao molho; salada de escarola; fruta	Arroz com chuchu, cenoura e ervilha; carne iscas ao molho; salada de pepino; fruta	Arroz; feijão; almôndegas bovinas ao molho; salada de repolho; gelatina de abacaxi

2.4. TABELA DE PER CAPITA E INCIDÊNCIA DA MERENDA ESCOLAR PARA CARDAPIOS A E B

ESTOCÁVEIS							
ALIMENTO	PER CAPITA (CRU)	INCIDÊNCIA MENSAL					
		CRECHES				ESCOLAS	
		Desjejum	Almoço	Lanche tarde	Jantar	Lanche	Refeição
ARROZ	40g	0	16	0	8	0	14
ARROZ P/ SOPA	25g	0	0	0	2	0	1
BEBIDA LÁCTEA	150ml	8	0	6	0	8	0
BISCOITO DOCE SIMPLES	20g	4	0	2	0	4	0
BISCOITO DOCE ROSQUINHA	20g	4	0	3	0	4	0
BISCOITO SALGADO SIMPLES	20g	4	0	3	0	4	0

DOCE DE LEITE	10g	0	0	2	0	1	0
FEIJÃO	20g	0	12	0	4	0	12
FLOCOS DE MILHO	30g	4	0	0	0	1	0
FUBÁ	30g	0	0	0	4	0	2
GELÉIA DE FRUTAS	10g	0	0	2	0	1	0
LEITE INTEGRAL	150ml	2	0	2	0	1	0
LEITE INTEGRAL COM ACHOCOLATADO	150ml	4	0	2	0	4	0
LEITE INTEGRAL COM AÇÚCAR	150ml	4	0	0	0	1	0
LEITE INTEGRAL COM FRUTA	150ml	0	0	4	0	1	0
LEITE INTEGRAL	150ml	2	0	2	0	1	0
MACARRÃO	40g	0	4	0	4	0	3
MACARRÃO PARA SOPA	29g	0	0	0	2	0	1
MARGARINA	10g	4	0	0	0	2	0
MINGAU	20g	0	0	4	0	4	0
SOBREMESA (DOCE) - PORÇÃO	1 unidade 100 ml	0	8	0	8	0	8
SUCO ARTIFICIAL	150ml	0	0	0	0	0	4
SUCO NATURAL	150ml	0	0	0	4	0	0

CARNES E OVO							
ALIMENTO	PER CAPITA (CRU)	INCIDÊNCIA MENSAL					
		CRECHES				ESCOLAS	
		Desjejum	Almoço	Lanche tarde	Jantar	Lanche	Refeição
ALMONDEGAS	50g	0	2	0	1	0	2
CARNE BOVINA (CUBOS, ISCAS, MOÍDA)	40g	0	7	0	7	0	7
CARNE DE FRANGO (SASSAMI, FILÉ DE PEITO)	40g	0	5	0	5	0	5
EMPANADO DE FRANGO (STEAK OU NUGGETS)	50g	0	1	0	2	0	0
FÍGADO	40g	0	1	0	1	0	1
LINGÜIÇA DE FRANGO	50g	0	1	0	1	0	1
OVO DE GALINHA	1 unidade	0	1	0	1	0	2
PEIXE	70g	0	1	0	0	0	1
SALSICHA	50g	0	1	0	1	0	1

HORTIFRUTGRANJEIROS							
ALIMENTO	PER CAPITA (CRU)	INCIDÊNCIA MENSAL					
		CRECHES				ESCOLAS	
		Desjejum	Almoço	Lanche tarde	Jantar	Lanche	Refeição
HORTALIÇAS (FOLHAS) PARA	25g	0	6	0	6	0	6

SALADA							
LEGUMES PARA CARNES	20g	0	8	0	8	0	8
LEGUMES PARA GUARNIÇÃO	30g	0	4	0	4	0	4
LEGUMES PARA SALADA	20g	0	6	0	6	0	6
FRUTA INTEIRA	1 unidade	0	6	0	4	0	4
ABACAXI	100g	0	2	0	1	0	1
MELANCIA	120g	0	2	0	2	0	1
MAMÃO	80g	0	2	0	1	0	2

PÃO, BOLO E TORTA							
ALIMENTO	PER CAPITA (CRU)	INCIDÊNCIA MENSAL					
		CRECHES				ESCOLAS	
		Desjejum	Almoço	Lanche tarde	Jantar	Lanche	Refeição
PÃO (LEITE OU HOT DOG)	1 unidade	4	0	4	0	4	0
BOLO	50g	0	0	2	0	0	0
TORTA	100g	0	0	0	4	0	0

2.5. COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO C – UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO ESTADUAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

CARDÁPIO EJA/ESCOLA ESTADUAL/MENSAL		
	CAFÉ DA MANHÃ	REFEIÇÃO
Segunda	Leite com achocolatado; biscoito maria	Arroz, feijão, almondegas ao molho, salada de beterraba, fruta
Terça	Bebida láctea salada de frutas; rosquinha de leite	Macarrão com carne moída, pudim
Quarta	Mingau de tapioca com coco	Arroz; feijão; frango refogado; salada de acelga; fruta
Quinta	Bebida láctea café com leite; pão com margarina	Risoto de iscas com tomate e milho, gelatina
Sexta	Leite com cereais de milho	Arroz; feijão; carne em cubos com batata e cenoura; salada de repolho bicolor; fruta

2.5.1. Deve-se considerar os legumes, frutas/sucos e verduras naturais sem qualquer tipo de conservante. Nos meses de junho, julho e agosto, poderá servir sopa de legumes com macarrão, sopa de feijão com macarrão e carne, sopa de arroz com legumes e raízes, vaca atolada.

2.6. TABELA DE PER CAPITA E INCIDÊNCIA DA MERENDA ESCOLAR PARA CARDÁPIO C

ESTOCÁVEIS			
ALIMENTO	PER CAPITA (CRU)	INCIDÊNCIA MENSAL	
		CRECHES	ESCOLAS

		Desjejum	Almoço	Lanche tarde	Jantar	Lanche	Refeição
ARROZ	80g	0	16	0	8	0	14
BEBIDA LÁCTEA	150ml	8	0	6	0	8	0
BISCOITO DOCE SIMPLES	40g	4	0	2	0	4	0
BISCOITO DOCE ROSQUINHA	40g	4	0	3	0	4	0
BISCOITO SALGADO SIMPLES	40g	4	0	3	0	4	0
DOCE DE LEITE	10g	0	0	2	0	1	0
FEIJÃO	30g	0	12	0	4	0	12
FLOCOS DE MILHO	60g	4	0	0	0	1	0
FUBÁ	60g	0	0	0	4	0	2
GELÉIA DE FRUTAS	10g	0	0	2	0	1	0
LEITE INTEGRAL	150ml	2	0	2	0	1	0
LEITE INTEGRAL COM ACHOCOLATADO	150ml	4	0	2	0	4	0
LEITE INTEGRAL COM AÇÚCAR	150ml	4	0	0	0	1	0
LEITE INTEGRAL COM FRUTA	150ml	0	0	4	0	1	0
LEITE INTEGRAL	150ml	2	0	2	0	1	0
MACARRÃO	80g	0	4	0	4	0	3
MACARRÃO PARA SOPA	60g	0	0	0	2	0	1
MARGARINA	10g	4	0	0	0	2	0
MINGAU	40g	0	0	4	0	4	0
SOBREMESA (DOCE) – PORÇÃO	1 unidade 100 ml	0	8	0	8	0	8
SUCO ARTIFICIAL	150ml	0	0	0	0	0	4
SUCO NATURAL	150ml	0	0	0	4	0	0

CARNES E OVO							
ALIMENTO	PER CAPITA (CRU)	INCIDÊNCIA MENSAL					
		CRECHES				ESCOLAS	
		Desjejum	Almoço	Lanche tarde	Jantar	Lanche	Refeição
ALMONDEGAS	80g	0	2	0	1	0	2
CARNE BOVINA (CUBOS, ISCAS, MOÍDA)	60g	0	7	0	7	0	7
CARNE DE FRANGO (SASSAMI, FILÉ DE PEITO)	80g	0	5	0	5	0	5
EMPANADO DE FRANGO (STEAK OU NUGGETS)	80g	0	1	0	2	0	0
FÍGADO	60g	0	1	0	1	0	1
LINGÜIÇA DE FRANGO	80g	0	1	0	1	0	1
OVO DE GALINHA	1 unidade	0	1	0	1	0	2
PEIXE	90g	0	1	0	0	0	1
SALSICHA	70g	0	1	0	1	0	1

HORTIFRUTGRANJEIROS							
ALIMENTO	PER CAPITA (CRU)	INCIDÊNCIA MENSAL					
		CRECHES				ESCOLAS	
		Desjejum	Almoço	Lanche tarde	Jantar	Lanche	Refeição
HORTALIÇAS (FOLHAS) PARA SALADA	40g	0	6	0	6	0	6
LEGUMES PARA CARNES	60g	0	8	0	8	0	8
LEGUMES PARA GUARNIÇÃO	60g	0	4	0	4	0	4
LEGUMES PARA SALADA	60g	0	6	0	6	0	6
FRUTA INTEIRA	1 unidade	0	6	0	4	0	4
ABACAXI	100g	0	2	0	1	0	1
MELANCIA	120g	0	2	0	2	0	1
MAMÃO	100g	0	2	0	1	0	2

PÃO, BOLO E TORTA							
ALIMENTO	PER CAPITA (CRU)	INCIDÊNCIA MENSAL					
		CRECHES				ESCOLAS	
		Desjejum	Almoço	Lanche tarde	Jantar	Lanche	Refeição
PÃO (LEITE OU HOT DOG)	1 unidade	4	0	4	0	4	0

3. Das unidades escolares:

3.1. Cardápio A:

EMEF PROF^a CECY APPARECIDA ROCHA AGUIAR

Avenida Francisco Vitti, 50, Jardim das Paineiras;

EMEF IVONE APARECIDA GOMES PALUMBO

Rua Cordeirópolis, 211, Jardim Paulista;

EMEF EDNA TERESA FIÓRIO

Avenida 01, 563, Centro;

EMEF JOAQUIM RAPHAEL DA ROCHA

Avenida 03, 343, Centro;

EMEF NILVA DE LOURDES ROCHA OLIVEIRA

Rua São Pedro, 860, Jardim Iporanga;

EMEF JOÃO RUFINO

Rua Cordeirópolis, 175, Jardim Paulista;

EMEIEF “PREFEITO ANTONIO FILIER”

Rua Sebastião Denardi nº 716 - Pq. dos Jequitibás;

EMEI LYGIA BUSCHINELLI

Rua Nossa Senhora Aparecida, 320, Jardim Luciana;

EMEI PROFESSORA THEREZA SENEME FERRO

Rua 09, 52, Jardim Parque Industrial;

EMEI PROFESSOR GERALDO APARECIDO ROCHA

Av. São Paulo, nº 20 – Jardim Paulista;

EMEI VEREADOR EUGÊNIO SECCO

Avenida 11, 65, Centro;

3.2. Cardápio B:

CRECHE MUNICIPAL PINGUINHO DE GENTE

Rua Santa Gertrudes, 345, Jardim Luciana;

CRECHE MUNICIPAL TEREZA PASCON VITTE

Rua 05, 755, Jardim Indaiá II;

CRECHE MUNICIPAL “SEBASTIÃO DOMINGUES”

Avenida Prefeito Coronel Libertário Palumbo, 600, Parque dos Jequitibás;

CRECHE MUNICIPAL “PADRE QUERINO VOLANI”

Rua Carlos Luiz de Souza nº 35 – Jd. Nova Santa Gertrudes

CRECHE MUNICIPAL “ANTÔNIA SURGE PASCON - MÃEZINHA”

Rua Pedro Buoro nº 49 – Jd. D’Itália I

3.3. Cardápio C:

ESCOLA ESTADUAL “PEDRO RAPHAEL DA ROCHA”

Avenida 1, 533 – Centro

ESCOLA ESTADUAL “MARIA CARMEN CODO JACOMINI”

Avenida Prefeito Cel. Libertário Palumbo, 540 – Jd. Jequitibás

4 – Do Objeto/Prazo:

4.1 – Contratação de empresa especializada em alimentação e nutrição escolar, visando o preparo e fornecimentos de refeições aos alunos da rede municipal de ensino e da rede estadual cuja alimentação esteja sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes, com fornecimento da mão-de-obra necessária.

5. Da prestação dos serviços:

5.1. Os locais da prestação dos serviços serão as dependências das unidades educacionais listadas neste documento.

5.2. A critério da Prefeitura poderão ser, posteriormente, indicadas mais unidades educacionais para a empresa contratada prestar os serviços, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

5.3. Todos os procedimentos relacionados com a prestação dos serviços, no que couber, deverão observar rigorosamente o disposto na legislação sanitária.

6. Da descrição dos serviços:

6.1. A empresa contratada deverá, para a adequada prestação dos serviços, e por sua conta e risco, responsabilizar-se por fornecer:

6.1.1. Alimentos, de acordo com o padrão de qualidade e legislação vigente, dentro do prazo de validade (sendo vedada a utilização de alimentos com alterações de características sensoriais, ainda que dentro do prazo de validade), frescos e “in natura” no caso de hortigranjeiros (frutas, verduras, legumes, feculentos, ovos, etc.),

6.1.2. As quantidades adequadas para atendimento ao “per capita” (porcionamento).

6.1.3. Insumos de qualidade adequada para a eficiente prestação do serviço, tais como:

6.1.3.1. Materiais para a cozinha: gás de cozinha, fósforo, saco plástico adequado para coleta e guarda de amostra, bobina plástica picotada (para a guarda de hortaliças e outros alimentos), luva antitérmica;

6.1.3.2. Materiais de limpeza: sanitizante, detergente, bactericida, esponja dupla face, fibra para limpeza pesada, luva de borracha, saco alvejado, vassoura, rodo, refil para rodo, balde plástico;

6.1.3.3. Materiais de higiene para sua mão de obra: sabonete, papel higiênico, papel toalha, luva descartável;

6.1.3.4. Uniformes e equipamentos completos de proteção individual para a mão de obra, especificados para o desempenho das funções, em boas condições de higiene e conservação, para troca diária e utilização apenas nas dependências internas da unidade educacional, e sem ônus para os empregados da empresa contratada. A critério da empresa contratada, o uniforme poderá ou não ter seu logotipo.

6.1.3.5. Insumos, outros, que se fizerem necessários para a adequada prestação do serviço.

6.1.3.6. Utensílios de mesa de qualidade adequada e em quantidade suficiente para atender ao número de alunos matriculados no maior período.

6.1.3.7. Equipamentos de cozinha, de qualidade adequada e ótimo desempenho quanto à eficiência energética (consumo de energia), caso sejam necessários à adequada viabilização do serviço, e em caso de quebra ou extravio, mediante solicitação da unidade educacional e autorização da Prefeitura.

6.2. Os utensílios de mesa e cozinha, os equipamentos de cozinha e o mobiliário da cozinha e despensa, deverão ser inventariados (referente à quantidade e estado de conservação), conjuntamente pela empresa contratada e preposto designado pela direção da unidade educacional.

6.3. O inventário deverá ser realizado nas seguintes ocasiões:

6.3.1. Na data inicial da implantação do serviço;

6.3.2. Sempre que houver suprimento/ reposição dos mesmos pela empresa contratada;

6.3.3. Cerca de 30 (trinta) dias antes do término do contrato, a fim de que haja tempo hábil para a adoção dos procedimentos de reparos ou reposições, que se façam necessários.

6.4. A empresa contratada deverá promover serviços de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos;

6.5. Deverá promover suportes logísticos inerentes à prestação do serviço.

6.6. No que diz respeito à mão de obra operacional e profissional técnico:

6.6.1. Disponibilizar e manter quadro de pessoal administrativo, operacional e técnico, em número suficiente para a prestação dos serviços, tais como:

6.6.1.1. Empregados (mão de obra) especializados em manipulação de alimentos, em número suficiente para a adequada execução dos serviços e desenvolver todas as atividades previstas de acordo com as normas legais vigentes de vigilância sanitária e os horários de distribuição da alimentação escolar;

6.6.1.2. Nutricionistas, com registros no CRN, que serão os Responsáveis Técnicos (RT) pelo serviço e supervisão de toda a equipe de trabalho da empresa contratada e atividades operacionais referentes ao fornecimento da alimentação na unidade educacional.

6.6.1.3. A empresa contratada deverá providenciar, ato contínuo a eventuais impedimentos, conforme previsto na Lei 8.666/93 e Resolução CFN 204/98, a efetiva e imediata substituição do mesmo por profissional de experiência equivalente ou superior.

6.7. A empresa contratada deverá, para a adequada prestação dos serviços, responsabilizar-se por executar todas as atividades necessárias à obtenção do escopo contratado, dentre as quais destacam-se:

6.7.1. Receber os alimentos e materiais em horários pré-determinados junto aos seus fornecedores, de forma a não interferir na rotina da unidade educacional;

6.7.2. Estocar adequadamente, os alimentos, materiais de consumo (descartáveis e similares) e produtos de higiene e limpeza, de forma a não serem misturados e garantir suas condições ideais de consumo; manter os locais de estocagem de alimentos (despensa, refrigerador e freezer) em condições adequadas de uso obedecendo a normas técnicas e sanitárias vigentes.

6.7.3. O estoque de alimentos e materiais de consumo, higiene e limpeza, deverá ser mantido numa quantidade compatível com a necessidade dos serviços.

6.7.4. O estoque deve prever, ainda, quantidade de alimentos não perecíveis destinados a atendimento emergencial, para substituir outros eventualmente não entregues, por problemas de abastecimento dos fornecedores.

6.8. Proceder controle quantitativo e qualitativo dos alimentos e materiais de consumo, higiene e limpeza, recebidos para utilização na unidade educacional, verificando seu estado de conservação e higiene, acondicionamento na embalagem, prazo de validade e, ainda, as exigências legais vigentes de registro nos órgãos competentes;

6.9. Proceder ao pré-preparo, preparo e cocção da alimentação fornecida na unidade educacional:

6.9.1. Manter os alimentos, após o preparo e até o momento final da distribuição, a uma temperatura adequada a preservação de sua qualidade sanitária.

6.9.2. Desprezar, no mesmo dia, as sobras de alimentos, podendo ser reaproveitados somente os alimentos que não foram manipulados.

6.10. Distribuir, cumprindo os horários estabelecidos pela unidade, a alimentação escolar, devendo a sua qualidade, apresentação e temperatura estarem adequadas, e o utensílio em que foi acondicionada, assim como os talheres a serem utilizados para o seu consumo, estarem em boas condições de uso;

6.10.1. Caso seja necessário transportar internamente a alimentação a ser distribuída, esta deverá ser devidamente acondicionada em condições adequadas de higienização, conservação e temperatura, do local de preparo até o de distribuição.

6.11. Proporcionar de maneira correta e uniforme, conforme orientações contidas neste instrumento, a alimentação fornecida na unidade, utilizando-se de utensílios de cozinha padronizados e apropriados, tendo as mãos protegidas com luvas descartáveis (inclusive para manipulação dos alimentos prontos), observando que o uso de luvas não implica na eliminação da higiene e assepsia das mãos:

6.11.1. Higienizar as dependências da unidade educacional utilizadas no serviço diário (cozinha e despensa), desinfetando seus pisos, ralos, coifa, paredes e vitrôs, ficando a higiene e limpeza do refeitório e seus mobiliários a cargo da unidade;

6.11.2. Higienizar os utensílios e equipamentos usados nas atividades do dia, e dos utensílios utilizados pelos alunos;

6.11.3. Higienizar os alimentos, sendo que vegetais crus e frutas devem sofrer processo de desinfecção com solução clorada, de acordo com as normas vigentes.

6.11.4. Proceder com higiene nas atividades de armazenamento, manipulação, preparo, distribuição e transporte dos alimentos;

6.11.5. Proceder à higiene com produtos registrados no Ministério da Saúde;

6.11.6. Recolher da cozinha diariamente, quantas vezes forem necessárias, resíduos alimentares, acondicionando-os devidamente e encaminhando-os até o local determinado pela unidade educacional, observando a legislação ambiental;

6.12. Estabelecer controle de qualidade em todas as etapas e processos de operacionalização do serviço, pelo método APCC (Avaliação dos Perigos em Pontos Críticos de Controle) e descrevê-lo no manual de boas práticas;

6.13. Proceder, caso seja necessário, à troca/reposição de mão de obra, de forma imediata e sem prejuízo ao andamento do serviço.

6.14. Reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, a alimentação fornecida, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de alimentos utilizados.

6.15. A empresa contratada deverá, para a adequada prestação dos serviços, responsabilizar-se por:

6.15.1. Manter, obrigatoriamente, sua mão de obra:

6.15.1.1 Trabalhando em condições de saúde compatível com a prestação dos serviços;

6.15.1.2. Afastada para outras atividades, sem manipular alimentos, quando apresentar ferida, lesão, chaga ou corte nas mãos e braços, gastroenterites agudas ou crônicas (diarréia ou disenteria), ou infecções pulmonares ou faringites;

6.15.1.3. Adequada quanto aos quesitos de: competência técnica, higiene pessoal (estética do uniforme, das mãos, operacional, que é a praticada durante a manipulação de alimentos), uniformização, e exames médicos-laboratoriais;

6.15.1.4. Uniformizada diariamente, com equipamentos de proteção específicos ao desempenho de suas funções, sem ônus para os mesmos;

6.15.1.5. Treinada e capacitada trimestralmente para o exercício de suas funções, visando a adequada prestação dos serviços, por meio de programa de treinamento, com aulas teóricas e práticas abordando, inclusive, ações de prevenção de acidentes de trabalho e combate a incêndio e boas práticas ambientais.

6.16. Caberá à unidade educacional acompanhar e supervisionar os alunos durante a alimentação escolar.

6.16.1. A critério da empresa contratada, com a devida autorização da direção da unidade escolar, sob orientação de sua Nutricionista (RT), poderá estabelecer e implantar plano de ações positivas, visando motivar e incentivar os alunos, na adoção de um comportamento alimentar saudável.

6.16.2. Manter junto à direção da unidade, e afixada em local visível da cozinha, relação nominal de sua mão de obra, com horário de trabalho e escala de serviço, e seus nutricionistas (RT) e respectivo CRN, contendo o telefone da empresa para algum atendimento emergencial relacionado ao serviço;

6.16.3. Manter a qualidade e uniformidade no padrão de alimentação e do serviço, independentemente das escalas de serviço adotadas.

6.16.4. Manter o cardápio afixado na cozinha e mural das escolas, contendo a identificação dos nutricionistas, responsáveis técnicos por sua elaboração (nome, CRN, local de trabalho), que pode ser apresentado em formulário padronizado com logotipo da empresa.

6.16.5. Entregar, no ato da assinatura do contrato, relação (contendo nome e CRN) dos Nutricionistas Responsáveis Técnicos (RT) pelo serviço de alimentação contratado, e daquele que será o contato direto com a Prefeitura, e providenciar, sempre que necessário, a imediata substituição destes profissionais, por outros com experiência equivalente ou superior.

6.16.6. Solicitar e acompanhar, junto à direção da unidade educacional, as providências para que seu reservatório de água seja limpo e desinfetado a cada 06 (seis) meses, e na ocorrência de acidentes que possam contaminar a água .

- 6.16.7. Ser a única e exclusivamente responsável pela assunção de quaisquer danos ou prejuízos causados por si ou sua mão de obra, a coisa, propriedade, pessoa de terceiros ou à Administração, em decorrência da execução do serviço ou de algum comportamento danoso de seus empregados, e assunção de qualquer ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos tenham causado, que correrão às suas expensas, sem quaisquer ônus para a Prefeitura.
- 6.16.8. Atender a Resolução CFN 229/99, que dispõe sobre o registro e cadastro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Nutricionistas.
- 6.16.9. Submeter-se a todos os procedimentos de fiscalização do objeto contratado, estabelecido pela Prefeitura, inclusive aos relativos às análises de qualidade dos alimentos utilizados na prestação do serviço (como: laboratoriais, agronômicas, técnicas, sensoriais, de aceitabilidade, etc.), custos ficarão ao seu cargo.
- 6.16.10. Confirmar à Prefeitura, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a data da implantação do serviço, em cada uma das unidades educacionais em que for prestá-lo, conforme instruções da ordem de serviço.
- 6.16.11. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação.
- 6.16.12. Fornecer alimentação escolar somente aos alunos regularmente matriculados nas unidades educacionais nas quais prestar serviço.
- 6.16.13. Elaborar, juntamente com a Prefeitura, projetos de educação nutricional a serem implantados nas unidades e os manuais orientativos previstos neste instrumento.
- 6.17. Contribuir para o controle de pragas em geral.
- 6.17.1 A responsabilidade pelos procedimentos de dedetização e desratização não ficará a cargo da empresa contratada, mas deverão ser providenciados pela direção da unidade educacional, sempre que sua necessidade for comprovada para a adequada execução dos serviços de nutrição e alimentação.
- 6.17.2. Os serviços descritos no item anterior deverão ser realizados em toda a edificação, por empresa devidamente habilitada, nos termos da legislação vigente.
- 6.17.3. Utilizar as dependências vinculadas à execução do serviço, exclusivamente para atender ao objeto do contrato.
- 6.17.4. Ser a responsável pela qualidade dos alimentos fornecidos, inclusive perante as autoridades sanitárias competentes, e, sempre que houver suspeita sobre a qualidade sanitária dos alimentos *in natura* ou preparados, os mesmos deverão ter seu consumo suspenso e amostras guardadas para análises laboratoriais.
- 6.18. A empresa contratada deverá fornecer cardápio festivo nas datas de páscoa, período junino e semana das crianças;
- 6.19. A contagem das refeições se dará pelo número efetivamente servido.
- 6.20. Havendo repetição, as mesmas serão computadas como refeição servida.
- 6.21. As refeições deverão ser servidas em pratos de vidro ou de plástico resistente.

Santa Gertrudes/SP, 20 de junho de 2018.

Iara Lopes dos Santos
Secretária Municipal de Educação

Lázara Iara Fernandes Sorge
Nutricionista
CRN 8572

PREGAO PRESENCIAL 18/2018

ANEXO II – FORMULÁRIO DE PROPOSTA FINANCEIRA

Tipo de Cardápio	Quantidade Estimada/Dia	R\$ Unitário	R\$ Total
A – EMEIs e EMEFs;	3.717		
B – Creches;	447		
C – Escolas Estaduais e EJA (Educação de Jovens e Adultos);	954		
Valor Global/Dia em R\$			

CONSIDERANDO 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS: (CONTRATO DE 12 MESES):
(DISCRIMINAR O VALOR) R\$
().

Preços completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante desta proposta.

Declaração de que o(s) serviço(s) ofertado(s) atende(m) todas as especificações exigidas no Termo de Referência – ANEXO I e às normas técnicas aplicáveis à espécie.

Os preços ofertados contemplam todos os custos diretos e indiretos inerentes ao objeto da presente licitação

Dados cadastrais da proponente:

Razão Social: _____

Endereço: _____

Município/UF: _____ Bairro: _____

Fone: (_____) _____ Fax: (_____) _____

CNPJ (MF): _____

Inscrição Estadual: _____

Tipo de Registro: (Registro em Cartório ou Registro na Junta Comercial ou Registro na OAB):

Número do Registro: _____

Data do Registro: _____

E-mail

INSTITUCIONAL: _____

Dados Bancários: Banco: _____; Agência: _____; Conta Corrente: _____

Validade da proposta: _____ (_____) dias corridos (mínimo 60 dias)

Condições de pagamento: Os pagamentos serão realizados da seguinte forma: As notas fiscais deverão ser emitidas **QUINZENALMENTE** e após processadas pela contabilidade, e atestadas pela unidade requisitante, entre os dias 01 à 10 serão pagas até o dia 20 do mesmo mês, as atestadas entre os dias 11 à 31 serão pagas até o dia 10 do mês subsequente;

Indicação dos Dados **DO REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO**, em caso de vitória no certame:

Nome: _____

Nacionalidade: _____; Profissão: _____

Estado Civil: _____

Endereço Residencial (completo - com CEP.):

Telefone **PESSOAL**: (____) _____;

E-mail **PESSOAL**: _____;

Data de Nascimento: ____/____/____;

RG.: _____; CPF.: _____;

Função do Responsável:

Participação do Responsável na empresa (%):

Data da inclusão do sócio na empresa:

Dados cadastrais **DE TODOS OS REPRESENTANTES LEGAIS DA EMPRESA:**

Nome:

Nacionalidade:

Estado Civil:

CPF:

RG:

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado:

CEP:

Telefone **PESSOAL**: (____) _____;

E-mail **PESSOAL**: _____;

Data de Nascimento: ____/____/____;

Função do Responsável:

Participação do Responsável na empresa (%):

Data da inclusão do sócio na empresa:

Declaramos que assumimos a prestação dos serviços, por nossa conta e risco, ficando sob nossa inteira e exclusiva responsabilidade.

Local e Data: _____

Carimbo e Assinatura: _____

PREGÃO PRESENCIAL 18/2018

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura do Município de Santa Gertrudes
Rua 01A, 332, Centro
Santa Gertrudes - SP

A empresa _____,
estabelecida na _____, Bairro _____,
_____/_____, CEP: _____, Telefone (_____) _____,
inscrita com CNPJ _____, neste ato representada pelo seu
(representante/sócio/procurador) _____, portador do RG
_____ e do CPF _____, no uso de suas atribuições
legais, vem:

Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta,
sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

Por ser verdade assina a presente.

Local e Data: _____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Documento de identidade

PREGÃO PRESENCIAL 18/2018

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
IMPEDITIVO**

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura do Município de Santa Gertrudes
Rua 01A, 332, Centro
Santa Gertrudes - SP

A empresa _____,
estabelecida na _____, Bairro _____,
_____/_____, CEP: _____, Telefone (_____) _____,
inscrita com CNPJ _____, neste ato representada pelo seu
(representante/sócio/procurador) _____, portador do RG
_____ e do CPF _____, no uso de suas atribuições
legais, vem:

Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta,
sob as penas da Lei, que não se encontra penalizada por declaração de inidoneidade ou
impedimento de licitar e contratar com quaisquer entes da Administração Pública, e que se
compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

Local e Data: _____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Documento de identidade

PREGÃO PRESENCIAL 18/2018

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O
MINISTÉRIO DO TRABALHO**

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura do Município de Santa Gertrudes
Rua 01A, 332, Centro
Santa Gertrudes - SP

A empresa _____,
estabelecida na _____, Bairro _____,
_____/____, CEP: _____, Telefone (____) _____,
inscrita com CNPJ _____, neste ato representada pelo seu
(representante/sócio/procurador) _____, portador do RG
_____ e do CPF _____, no uso de suas atribuições
legais, vem:

Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta,
sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se
refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, e, para
fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de
27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição
de aprendiz (____). Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Por ser verdade assina a presente.

Local e Data: _____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Documento de identidade

PREGÃO PRESENCIAL 18/2018

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura do Município de Santa Gertrudes
Rua 01A, 332, Centro
Santa Gertrudes - SP

A empresa _____,
estabelecida na _____, Bairro _____,
_____/____, CEP: _____, Telefone (____) _____,
inscrita com CNPJ _____, neste ato representada pelo seu
(representante/sócio/procurador) _____, portador do RG
_____ e do CPF _____, no uso de suas atribuições
legais, vem

Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta,
sob as penas da Lei, que é Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos
da Lei Complementar nº 123/06, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência a que
faz jus no procedimento licitatório em epígrafe, realizado pela Prefeitura Municipal De Santa
Gertrudes /SP.

Por ser verdade assina a presente.

Local e Data: _____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Documento de identidade

ESTE DOCUMENTO DEVE SER APRESENTADO A PREGOEIRA NA FASE DE
CREDENCIAMENTO FORA DOS ENVELOPES Nº 01(PROPOSTA) E 02
(DOCUMENTAÇÃO)

PREGÃO PRESENCIAL 18/2018

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, VISANDO O PREPARO E O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E REDE ESTADUAL CUJA ALIMENTAÇÃO ESTEJA SOB RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, COM FORNECIMENTO DOS INSUMOS E DA MÃO-DE-OBRA NECESSÁRIA

DATA: ____ de _____ de 2018.

PRAZO: Até 12(doze) meses corridos, com possibilidade de prorrogação.

VALOR GLOBAL ESTIMATIVO: R\$ _____.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 18/2018.

CONTRATO: ____/2018.

Cláusula 1ª - DAS PARTES

1.1. A **Prefeitura do Município de Santa Gertrudes**, inscrita com CNPJ 45.732.377/0001-73, com sede à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, E-mail: gabinete@santagertrudes.sp.gov.br, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Rogério Pascon**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Avenida 02, nº 572, Jd. Iporanga, Santa Gertrudes/SP, CEP.: 13.510-000, portador do CPF 082.535.568-02 e do RG 18.898.286-3/SSP/SP, E-mail: rogeriopascon@hotmail.com, adiante designada simplesmente PREFEITURA, e;

1.2. A empresa _____, inscrita com CNPJ _____, com sede a Rua/Avenida _____, _____, Bairro, _____/_____, CEP: _____, E-mail institucional: _____, Telefone (____) _____, Dados Bancários: Banco: _____, Agência: _____, Conta Corrente: _____, E-mail INSTITUCIONAL: _____, diante designada simplesmente CONTRATADA, por seu representante legal, _____, nacionalidade, estado civil, portador do CPF _____ e do RG _____, residente e domiciliado a Rua/Avenida _____, _____, Bairro, _____/_____, CEP: _____, E-mail PESSOAL: _____, ajustam o seguinte:

Cláusula 2ª - DO OBJETO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a prestar serviços à PREFEITURA, **de nutrição e alimentação escolar, visando o preparo e o fornecimento de refeições aos alunos da rede municipal de ensino, e rede estadual cuja alimentação esteja sob responsabilidade da PREFEITURA, com fornecimento dos insumos e da mão-de-obra necessária**, conforme discriminação e estimativa constante do “Anexo I” – Termo de Referência ao presente Instrumento Convocatório.

2.2. A execução dos serviços será feita sob regime de empreitada por preços unitários, com fornecimento de mão-de-obra e insumos necessários.

2.3. Os serviços serão interrompidos se ocorrer o término das quantias estimadas pela PREFEITURA, se não houver a necessidade de sua totalidade, a critério da

PREFEITURA ou até o final da vigência contratual, prevalecendo o que ocorrer primeiro, podendo ser aditado em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o disposto no § 1º, do artigo 65, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações

Cláusula 3ª - DO PREÇO GLOBAL ESTIMADO

3.1. Pela prestação dos serviços, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA as seguintes importâncias:

Tipo de Cardápio	Quantidade Estimada/Dia	R\$ Unitário	R\$ Total
A – EMEIs e EMEFs;	3.717		
B – Creches;	447		
C – Escolas Estaduais e EJA (Educação de Jovens e Adultos);	954		
Valor Global/Dia em R\$			

3.1.1. Considerando 200 (duzentos) dias letivos: **R\$** _____.

3.2. Nos preços estão inclusas, além do lucro, as despesas de mão-de-obra, insumos, alimentos, veículos, equipamentos, carga, seguros, impostos, taxas, transportes, manutenção, despesas de escritório e expediente e quaisquer outras despesas que estejam, direta ou indiretamente, relacionadas com a execução total deste contrato.

Cláusula 4ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Condições de pagamento: **As notas fiscais deverão ser emitidas QUINZENALMENTE** e após processadas pela contabilidade, e atestadas pela unidade requisitante, entre os dias 01 à 10 serão pagas até o dia 20 do mesmo mês, as atestadas entre os dias 11 à 31 serão pagas até o dia 10 do mês subsequente.

4.1.1. A medição diária do serviço contratado, aqui denominada medição inicial, ficará a cargo da CONTRATADA, e deverá ser acompanhada pela direção da unidade de ensino, a quem cabe aprová-la.

4.1.2. A medição inicial do serviço contratado, realizada pela unidade educacional, refere-se ao:

4.1.2.1. Apontamento diário da quantidade das refeições fornecidas em cada período;

4.1.2.2. Apontamento do desempenho do serviço prestado, ou seja, se foi ou não realizado em conformidade com os dispositivos contratuais, dentro do período de medição;

4.1.2.3. Apontamento das irregularidades constatadas na sua prestação, no caso de considerar o serviço realizado em desconformidade contratual.

4.1.3. A medição total do serviço contratado, aqui denominada medição final, ficará a cargo da PREFEITURA, que a realizará da seguinte forma:

4.1.3.1. Observando e totalizando a medição inicial, realizada pelas unidades educacionais;

4.1.3.2. Observando o desempenho do serviço prestado, realizada pelas unidades educacionais;

4.1.3.3 Observando as eventuais irregularidades na prestação do serviço, apontadas pelas unidades educacionais, sendo que, neste caso, de acordo com o artigo 87 da Lei Federal 8.666/93, a CONTRATADA será notificada pela PREFEITURA para entregar defesa prévia;

4.1.3.4. Emitindo atestado de medição do serviço;

4.1.4. **A PREFEITURA SÓ EFETUARÁ O PAGAMENTO À EMPRESA CONTRATADA, SE ESTA APRESENTAR A PROVA DE QUITAÇÃO DE DÉBITOS COM O FGTS, PIS, COFINS E INSS CORRESPONDENTE AO MÊS DE**

SERVIÇOS PRESTADOS DE ACORDO COM O QUE PRECONIZAM O ARTIGO 31 DA LEI FEDERAL 8.212/91, DE 24/07/91, ARTIGO 2º DA LEI FEDERAL 9.012/95, DE 31/03/95 E ARTIGO 71 DA LEI FEDERAL 9.032/95, DE 24/04/95;

4.2. A direção da unidade escolar comunicará a medição do serviço quinzenalmente à PREFEITURA, do número total de refeições fornecidas por dia e por período.

4.3. Na medição dos serviços prestados, serão considerados os apontamentos referentes à quantidade e tipo de alimentação fornecida, por dia e por período, cujo acompanhamento e controle diário será de responsabilidade da direção das unidades educacionais.

4.3.1. A contagem das refeições se dará pelo número efetivamente servido;

4.3.2. Havendo repetição, as mesmas serão computadas como refeição servida;

4.4. Na medição dos serviços prestados será considerado o preço unitário, por tipo de alimentação escolar completa e efetivamente fornecida, observadas as condições estabelecidas.

4.5. A PREFEITURA, através da tesouraria, fará as retenções dos valores correspondentes às obrigações previdenciárias, tributárias e fiscais, conforme o caso, de acordo com a legislação que disciplina a matéria, sendo que, as guias dos valores retidos serão devidamente recolhidas e encaminhadas suas cópias reprográficas a CONTRATADA.

4.6. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

4.7. No caso da PREFEITURA atrasar os pagamentos, estes serão atualizados financeiramente “pro rata dies”, pelo IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, em vigor na data do efetivo pagamento, ou outro índice que vier a substituí-lo, critério da PREFEITURA.

4.8. A nota fiscal/fatura encaminhada pela contratada deve estar devidamente discriminada, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

4.9. No caso de devolução da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), por sua inexistência ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 17.1 será contado da data de entrega da referida correção.

4.10. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, cujos dados deverão estar indicados em sua proposta financeira.

4.11. O e-mail que deve ser cadastrado para envio das notas fiscais é o nfe@santagertrudes.sp.gov.br.

Cláusula 5ª - DO PRAZO CONTRATUAL

5.1. O contrato vigorará por 12(doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, admitindo-se, por tratar-se de serviços de natureza contínua (TC 178/026/06) prorrogações por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses corridos e consecutivos, nos moldes do disposto no artigo 57, II, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações se houver interesse das partes, mediante aviso prévio escrito.

Cláusula 6ª - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1.1. Emitir nota fiscal/fatura correspondente à prestação do serviço;

6.1.2. Proceder a realização dos serviços do objeto dentro das condições e preços ajustados em sua proposta e nos prazos previstos nesta licitação;

6.1.3. Encaminhar as notas fiscais / faturas a Secretaria Municipal de Educação para atesto e posterior encaminhamento a Contabilidade/Tesouraria a fim de efetivação do pagamento devido;

- 6.1.4. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 6.1.5. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;
- 6.1.6. Não transferir a terceiros, **QUER TOTAL OU PARCIALMENTE**, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura;
- 6.1.7. Manter em dia suas obrigações legais e tributárias, de qualquer espécie, perante os órgãos públicos, nos termos das leis e normas regulamentares aplicáveis;
- 6.1.8. Responder, com exclusividade, por todos os tributos incidentes e pelas contribuições a que estiver sujeita em razão da execução deste contrato;
- 6.1.9. Responder, civil e criminalmente, pelos serviços que executar, sendo-lhe vedado transferir, ceder ou sub-contratar, **TOTAL OU PARCIALMENTE**, o objeto deste contrato sem o prévio consentimento por escrito da PREFEITURA;
- 6.1.10. Isentar a PREFEITURA de quaisquer reclamações de terceiros, proclamando sua condição de única responsável pelos serviços, promovendo e mantendo os seguros necessários para ressarcimento de danos a terceiros ou à própria PREFEITURA, causado por atos decorrentes da prestação de serviços objeto do contrato;
- 6.1.11. São de Responsabilidade da CONTRATADA todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, despesas com locomoção de seus funcionários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta.
- 6.1.12. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que possam causar à PREFEITURA, coisas ou pessoas de terceiros, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a PREFEITURA, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação pertinente.
- 6.1.13. A CONTRATADA obriga-se a permitir a fiscalização municipal, possibilitando verificar a procedência e a qualidade dos serviços entregues.
- 6.1.14. A PREFEITURA, através da Secretaria Municipal de Educação, poderá em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização dos serviços, reservando-se o direito de rejeitá-los a seu critério, quando não forem considerados satisfatórios, devendo a CONTRATADA refazê-los às suas expensas.
- 6.1.15. Constatadas irregularidades no objeto contratual, na forma na cláusula anterior, a PREFEITURA poderá:
- 6.1.15.1. Se disser respeito à especificação, rejeição por quaisquer dos motivos elencados na cláusula anterior, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 6.1.15.2. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do órgão requisitante, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados da notificação por escrito;
- 6.1.15.3. Se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 6.1.15.4. Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da PREFEITURA, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados da notificação por escrito;
- 6.1.16. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação

exigidas no edital, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção ou qualidade da contratação.

6.1.17. Designar, por escrito, no ato de recebimento da Ordem de Serviço, preposto que tenha poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato, informando, pelo menos, o nome, telefone comercial e e-mail do mesmo;

6.1.19. Adequar-se à legislação municipal e às disposições legais estaduais e federais pertinentes à execução dos serviços;

6.1.20. A CONTRATADA deverá cumprir e fazer com que seus empregados respeitem a legislação sobre segurança e medicina do trabalho devendo fornecer aos empregados e exigir o uso dos equipamentos de proteção coletivos e individuais, podendo essa utilização ser objeto de verificação, a qualquer momento pela PREFEITURA.

6.1.21. A CONTRATADA deverá manter veículos e equipamentos em perfeitas condições de uso, higiene e segurança.

6.1.22. A CONTRATADA deverá adequar por determinação da PREFEITURA, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com as normas e princípios da segurança e medicina do trabalho, fundamentos nas Normas Regulamentadoras da Portaria 3.214 de 08 de julho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego;

6.1.23. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, TODAS AS OBRIGAÇÕES ELENCADAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

7ª. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa cumprir integralmente a proposta apresentada, observando-se as normas do Edital;

7.2. Prestar aos funcionários da empresa contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre o objeto deste certame;

7.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto;

7.4. Atestar notas fiscais/faturas e efetuar os pagamentos à empresa contratada;

7.5. Aplicar as sanções administrativas contratuais;

7.6. Disponibilização para a CONTRATADA de toda a legislação, normas complementares e demais procedimentos existentes e de suas instalações físicas;

Cláusula 8ª - DAS PENALIDADES

8.1. O atraso injustificado na execução do objeto desta licitação, sem prejuízo do disposto no § 1º, do artigo 86, da Lei Federal Nº: 8666/93 e alterações sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

8.1.1. Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor global deste contrato;

8.1.2. Atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor global deste contrato.

8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, poderão ser aplicadas a CONTRATADA as seguintes penalidades:

8.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida;

8.2.2. Aplicação de suspensão temporária para licitar e/ou contratar com a municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto no artigo 87 da Lei Federal Nº: 8666/93 e alterações.

8.3. A penalidade aqui prevista é autônoma e sua aplicação cumulativa é regida pelo artigo 87, §§ 2º e 3º, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

8.4. O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pelo IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas/SP, até a data

de seu efetivo pagamento, e recolhido aos cofres da PREFEITURA, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial, ou outro índice que vier a substituí-lo, a critério da PREFEITURA.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. Este contrato será rescindido total ou parcialmente pela PREFEITURA, de pleno direito, em qualquer tempo, isento de qualquer ônus ou responsabilidade, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, sem que à CONTRATADA, assista o direito a qualquer indenização, se esta:

9.1.1. Falir, entrar em concordata, tiver a sua empresa dissolvida ou deixar de existir;

9.1.2. Transferir, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia autorização da PREFEITURA;

9.1.3. Paralisar as entregas durante um período de 10 (dez) dias consecutivos;

9.1.4. Sem justa causa (a critério da PREFEITURA), suspender a entrega dos serviços;

9.1.5. Agir com dolo ou culpa ou mediante simulação ou fraude na execução do contrato.

9.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da PREFEITURA, em caso de rescisão administrativa, de acordo com o disposto no artigo 80, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

Cláusula 10ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

10.1.1. Classificação: 05.07. 12.361.0017. 2.531. (298) 33.90.30. – Material de Consumo – R\$ 470.100,00;

10.1.2. Classificação: 05.07. 12.361.0017. 2.531. (299) 33.90.30. – Material de Consumo – R\$ 80.000,00;

10.1.3. Classificação: 05.07. 12.361.0017. 2.531. (300) 33.90.30. – Material de Consumo – R\$ 168.880,00;

10.1.4. Classificação: 05.07. 12.361.0017. 2.531. (301) 33.90.30. – Material de Consumo – R\$ 1.000.030,00;

10.1.5. Classificação: 05.07. 12.361.0017. 2.531. (302) 33.90.39. – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica – R\$ 1.450.915,16;

10.1.6. Classificação: 05.07. 12.361.0017. 2.531. (303) 33.90.30. – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica – R\$ 980.000,00.

10.2. As dotações acima constam do orçamento-programa para exercício econômico e financeiro de 2018 e as correspondentes para os exercícios seguintes, em caso de prorrogação contratual.

Cláusula 11ª - DOS REAJUSTES DE PREÇOS

11.1. Conforme dispõe a Lei Federal Nº: 8.880/94, os preços não sofrerão reajustes pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data da celebração do contrato.

11.1.1. Os preços poderão ser reajustados depois de cumprido o prazo do item 11.1, utilizando-se como parâmetro de reajuste o IGPM/FGV/SP - Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas/SP, ou outro índice que vier a substituí-lo a critério da PREFEITURA.

11.3. Será mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato conforme prescreve a Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações, a ser recomposto no indicado pelos preços vigentes na data da apresentação da proposta, ou de formulação dos preços a que esta se referir, ou ainda da última revisão contratual caso esta tenha envolvido pactuação de novos preços.

Cláusula 12ª - DO SUPORTE LEGAL

12.1. Este contrato é regulamentado pelos seguintes dispositivos legais:

- 12.1.1. Constituição Federal;
- 12.1.2. Lei Orgânica Municipal;
- 12.1.3. Lei Federal Nº: 8.666/93;
- 12.1.4. Lei Federal Nº: 8.880/94;
- 12.1.5. Lei Federal Nº: 8.883/94;
- 12.1.6. Lei Federal Nº: 9.032/95;
- 12.1.7. Lei Federal Nº: 9.069/95;
- 12.1.8. Lei Federal Nº: 9.648/98;
- 12.1.9. Lei Federal Nº: 9.854/99;
- 12.1.10. Lei Complementar Nº: 123/2006;
- 12.1.11. Lei Federal Nº: 12.440/2011;
- 12.1.12. Lei Municipal Nº: 2.519/2014;
- 12.1.13. Lei Municipal Nº: 2.572/2015;
- 12.1.14. Lei Complementar Nº 147/2014;
- 12.1.15. Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014;
- 12.1.16. Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014;
- 12.1.17. Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
- 12.1.18. Demais disposições legais passíveis de aplicação, inclusive, os princípios gerais de Direito.

Cláusula 13ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1. Não será permitido o início dos serviços sem a emissão da respectiva Ordem de Serviço.

13.1.1. A CONTRATADA deverá designar, por escrito, no ato de recebimento da Ordem de Serviço, presposto que tenha poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.

13.2. Aplica-se, no que couber, o disposto no artigo 79, da Lei Federal Nº: 8.666/93, bem como outros dispositivos legais previstos na aludida Lei.

13.3. Para os casos omissos neste contrato prevalecerão as condições e exigências da respectiva licitação e demais disposições em vigor.

13.4. A CONTRATADA assume a exclusiva responsabilidade pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas e previdenciários advindos da legislação vigente, sendo que o pessoal por ela designado para trabalhar na execução do objeto deste contrato, não terá vínculo empregatício algum com a PREFEITURA.

13.5. A CONTRATADA assume total responsabilidade pela execução integral deste contrato, sem direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua proposta quer decorrentes de erro ou omissão de sua parte.

13.6. A CONTRATADA é responsável pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

13.7. Não transferir a terceiros, **QUER TOTAL OU PARCIALMENTE**, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura.

13.8. A gestão desse contrato e licitação, as dúvidas surgidas na aplicação deste contrato, bem como os casos omissos serão solucionados pela Secretária Municipal de Educação – Iara Lopes dos Santos, ouvidos os órgãos técnicos especializados, ou profissionais que se fizerem necessários.

13.9. Prevalecerá o presente contrato no caso de haver divergências entre ele e os documentos eventualmente anexados.

13.10. Fica eleito o Foro desta Comarca de Rio Claro/SP para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução deste contrato não resolvidos administrativamente.

13.11. Lido e achado conforme assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as partes e as testemunhas.

**Rogério Pascon
Prefeito Municipal**

Contratada

Testemunhas:

1. Rafael Stabellini Colabone;
2. Danielle Zanardi Leão Silva;

PREGÃO PRESENCIAL 18/2018

ANEXO VIII - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de nutrição e alimentação escolar, visando o preparo e o fornecimento de refeições aos alunos da rede municipal de ensino, e da rede estadual cuja alimentação esteja sob responsabilidade do Município da Prefeitura de Santa Gertrudes, com fornecimento dos insumos e da mão-de-obra necessária.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.